

## VISÃO DO CORREIO

# O INSS e o respeito com o cidadão-contribuinte

Não houve um único governo que chegasse ao fim e pudesse apresentar à sociedade um saldo positivo na Previdência Social. Voltaram seus olhares para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quando o problema tornou-se político, cuja explosão da crise trouxe um inesperado desgaste junto ao eleitorado. A deficiência na gestão não é nova, mas não faltam advertências e propostas de mitigação das lacunas.

Uma delas está no Acórdão 989/2025, publicado em 7 de maio do ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Refere-se ao relatório de auditoria (TC-008.309/2024-8) que examinou os indeferimentos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A não concessão de aposentadorias e pensões é a principal responsável pela fila de espera do INSS.

Uma das observações que faz o documento é que, apesar da automação — que contribuiu para diminuir os erros em indeferimentos de benefícios —, os percentuais de equívocos continuam altos. Relatado pelo ministro Aroldo Cedraz, o documento aponta alguns dos fatores da insuperável ineficiência. Entre eles estão: 1) falhas no preenchimento de formulários, situação que é piorada pela comunicação considerada de baixa qualificação com os segurados; 2) falta de mecanismos para a detecção de inconsistências antes da análise automatizada; 3) metas de produtividade impostas ao quadro de funcionários que desconsideram a complexidade das análises; e 4) falta de incentivo para que servidores do INSS detalhem corretamente os motivos dos indeferimentos da concessão do benefício.

Há, portanto, um diagnóstico do problema, que é corroborado por números. Segundo a auditoria do TCU, 27% dos benefícios inicialmente negados e não ratificados são concedidos depois de revisão

administrativa. Do total de solicitações, 37% precisaram ser refeitas pelos segurados para obtenção do direito. Mais: 28,64% dos casos analisados automaticamente, em 2024, apresentaram inconsistências que poderiam levar a indeferimentos equivocados.

Nem tudo, porém, é tragédia. Ao dar indicativos de onde estão os gargalos que estrangulam a eficiência — e facilitam a atuação de estelionatários e fraudadores —, o relatório do TCU observa avanços. Destaca que somente 13% dos benefícios foram aprovados depois de ação judicial — indica que estavam esses segurados corretos na solicitação. Observa também que, em 2023, 13,2% das negativas manuais foram consideradas indevidas, índice que caiu para 10,94% com o sistema automatizado, implementado em 2024. Mas o tribunal adverte: tais números permanecem acima dos padrões mínimos de qualidade.

Constatadas as deficiências, o TCU determinou ao INSS algumas das seguintes medidas corretivas: revisar metas de produtividade; melhorar treinamentos e suporte técnico oferecido aos servidores; aprimorar a comunicação com os segurados; e, de forma didática, tornar mais transparente os direitos previdenciários.

O acórdão do TCU foi publicado poucos dias depois da deflagração da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, em 24 de abril de 2025, que trouxe à tona o escândalo dos descontos indevidos nos benefícios de aposentados e pensionistas. Isso representa que o poder público estava atento às dificuldades de gestão, embora não a ponto de impedir a fraude. Assim, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e a nova presidente do INSS, Ana Cristina Viana Silveira, precisam prestar contas sobre o que melhorou, piorou, pendências e medidas imediatas. Não é uma questão de respeito, mas de dever com o cidadão-contribuinte.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

## CPI Crime Organizado

Uma frase cômica atribuída a Millôr Fernandes diz: “Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim”. A frase cai como uma luva sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Vejamos que a mais recente investida dos ministros do STF foi dizer que o senador relator da CPI do Crime Organizado deveria se tornar inelegível em razão da sua condução na comissão de inquérito e processado por abuso de poder. Acuse-os daquilo que você faz! O modus operandi na Suprema Corte, quando confrontada, há muito tempo é somente um: politização e ameaças. Quanta democracia!

» **Ricardo Santoro**

Lago Sul

## CPMI do INSS

Parlamentares vão ao STF entregar relatório da CPMI do INSS. Um relator que se presta a esse papel não busca Justiça, busca cliques e palanque político. É uma vergonha para o Congresso Nacional que uma investigação de tal magnitude seja usada para alimentar o caos informacional enquanto as facções e milícias continuam a ditar as regras no “chão” do Brasil real. É o ápice do desrespeito com o cidadão que sofre diariamente a violência que o Estado finge investigar.

» **Abraão Correia Rocha**

Rio de Janeiro

## Nobreza

A Proclamação da República mudou o destino do Brasil. Seguíamos pela senda da nobreza, a qual privilegia a dignidade humana e o respeito à autoridade, e enveredamos por um positivismo instrumental que, descuidando do espírito, abriu portas para a esperteza, a leniência e a tolerância com o malfeito. Proclamamos a República sem dispor de uma nação republicana. Quem somos nós? Somos cristãos, portugueses e nos tornamos ocidentais pela razão e pela fé. Nascemos sob a cruz templária das caravelas, e isso nos conectou com a tradição judaico-cristã. Nossa tradição é de uma elite real dedicada ao Estado. Com a República, essa cabeça responsável foi subtraída, e os que sucederam raramente entenderam o nobre papel que lhes cabe. Hoje, contrito, o espírito nobre brasileiro só ousa soltar-se, publicamente, uma vez por ano, nas reverências do mestre-sala às voltas da porta-bandeira.

» **Rubi Rodrigues**

Octogonal

## Influencer do passado

Meus influenciadores foram meus pais e professores. Hoje, o vazio tenta se passar por plenitude. Pertencço à geração que habita a última fronteira entre dois mundos: viemos das fichas de orelhão e das locadoras de VHS para o infinito do iPhone e dos algoritmos. Mas a grande mudança não foi tecnológica, foi sensorial. Trocamos o olho no olho das calçadas pela dinâmica febril das redes. Quem viveu essa travessia guarda uma clareza que nenhum texto, por melhor que seja, será capaz de traduzir.

» **Gilberto Tiriba**

Embaré (SP)

## Desabafo

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

**Contestação ao relatório da CPI do Crime Organizado: mandaram muito bem a bancada governista e o ministro do STF Gilmar Mendes.**

**Marcos Paulino** — Vicente Pires

**Relatório da CPI do Crime Organizado: ué, mas foram “indiciados” ministros do STF? Incompreensível isso! Qual era o foco da CPI?**

**Marcos Paulino** — Vicente Pires

**Desarmonia entre os Poderes e CPI do Crime Organizado: os sujeitos falando dos mal-lavados.**

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

**Governadora Celina, o presidente da CEB falou, em 2024, que, até o fim de 2025, o DF não teria mais escuridão. Promessa não cumprida. Não estaria na hora de trocar o titular da Companhia?**

**Sebastião Machado Aragão** — Asa Sul

**Até cirurgia de ex-presidente é paga com dinheiro público. Mas o problema é o Bolsa Família, o Gás do Povo, a Farmácia Popular e a escala 6X1.**

**Israel Feitosa** — Brasília

**Em países desenvolvidos, até faz sentido que haja escalas menores de trabalho. Mas ainda não chegamos a esse nível. E é trabalhando que um dia vamos chegar lá!**

**Mauro Fonseca** — Brasília

## O bem e o mal

A escalada de tensão entre a China e os Estados Unidos mostra o quanto estamos andando perigosamente perto do abismo. Cada advertência, cada gesto calculado, cada palavra escolhida para “subir o tom” revela um cenário em que essas potências tratam o planeta como um tabuleiro de xadrez. Até parece que as forças do bem e do mal estão reunindo forças para o combate final. Entretanto, é difícil saber quem é do bem e quem é do mal!

» **Paccelli M. Zahler**

Sudoeste



**CIDA BARBOSA**  
[cidabarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidabarbosa.df@dabr.com.br)

# Condenação sem benefícios

A mãe de Isabella Nardoni fez uma homenagem à filha, no fim do mês passado, quando se completaram 18 anos do assassinato covarde da criança. Em vídeo, Ana Carolina Oliveira falou que hoje sua família deveria ser de cinco pessoas e ressaltou que a menina não teve a oportunidade de conhecer os irmãos. “Uma história foi interrompida”, disse.

És que interromperam essa história estão aproveitando a vida, contemplados pelas benesses de nossa legislação penal. A madrastra de Isabella, condenada a 26 anos de prisão pelo assassinato, migrou para o regime semiaberto apenas nove anos após a barbárie. E, desde 2023, aproveita o regime aberto. O pai da menina, sentenciado a 30 anos, ficou somente 11 deles trancafiado. Passou então para o semiaberto e, em 2024, também foi agraciado com o regime aberto.

Isabella, de 5 anos, morreu em 29 de março de 2008. Foi agredida, asfixiada e jogada do sexto andar do prédio onde morava. Mesmo ante tamanha perversidade, seus algozes recebem regalias da Justiça. É lamentável que nossas leis beneficiem até mesmo os mais sórdidos, repugnantes e covardes criminosos.

Assim como os dois homicidas, um sem-número de torturadores, estupra- dores e assassinos de meninos e meninas, mesmo sentenciados a longos anos de prisão, usufruem das progressões de regime. Fica, inevitavelmente, a sensação de impunidade.

Essa percepção deu origem a um projeto apresentado recentemente na Câmara que propõe mudanças na Lei dos Crimes Hediondos e na Lei de Execução Penal para tornar mais rígido o cumprimento de pena. Segundo o texto, do deputado Saulo Pedrosa (PSD-SP), as sentenças em casos de crimes de extrema gravidade têm de ser cumpridas integralmente atrás das grades, sem progressão de regime e demais regalias.

O projeto cita crimes contra crianças e adolescentes, homicídios qualificados, feminicídio, estupro, entre outros. “A aprovação dessa proposta representará importante avanço no combate à criminalidade violenta e na proteção das vítimas desses delitos, reforçando a mensagem de que crimes dessa natureza exigem resposta penal rigorosa e compatível com a gravidade do dano causado às vítimas e à sociedade”, justifica o documento.

Creio ser essa uma medida urgente. Algozes de crianças e adolescentes são o esgoto da raça humana e como tal deveriam ser tratados. Tinha de apodrecer na cadeia — não acreditado em ressocialização para essa escória. Mas, como a Constituição veda penas de caráter perpétuo — até mesmo para os mais abjetos dos criminosos —, eles devem, ao menos, cumprir enjaulados todo o tempo de prisão a que foram condenados. Seria um grande benefício — esse, sim, pertinente — para toda a sociedade. E suscitaria o sentimento de que houve algum tipo de justiça para suas vítimas.

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegará”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

**Assine**  
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

\*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.  
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em emprebo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

**Anuncie**  
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

**S.A. CORREIO BRAZILIENSE** – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



**D.A. Press Multimídia**  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575/1582/1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.uudapress.com.br](http://www.uudapress.com.br)